

PODER & POLÍTICOS

O sinal do mordomo

O processo de desmoralização da Constituinte e da classe política está ficando ostensivo. Há a nítida intenção de apresentar os parlamentares como irresponsáveis que estão fazendo uma Constituição para seus bolsos ou satisfação de suas frustrações. Cria-se um impasse político-institucional em torno de qualquer assunto e chega-se à fase do Consultor-Geral da República, um funcionário cuja nomeação devia ser aprovada pelo Congresso, de que o projeto do relator Bernardo Cabral é um besteirol.

O empenho em prejudicar a Constituinte e os políticos parece orquestrado. O ministro do Exército, em reunião do Ministério, com caráter reservado, criticou dois ou três artigos de um conjunto superior a 200 e suas observações foram transmitidas para provocar a Constituinte. A revelação procurou uma reação, pois não predomina na Constituinte o sentimento do medo. Pelo contrário. Há, sem dúvida, uma firme disposição de não ceder, não recuar.

O debate em torno do parlamentarismo é desviado para terrenos melindrosos, prejudiciais aos políticos. Não há uma discussão doutrinária, mas sim hipócrita. Os políticos são apresentados como homens que mudarão de posição porque o Governo tem dez ou 20 mil cargos para distribuir ou milhares de rádios para conceder e está com os cofres abertos. A mudança do sistema de governo representaria "um futuro de crises, um salto no escuro", frasezinha de qualquer escritor de arrabalde, como se vivêssemos em situação esplêndida e estivéssemos correndo o risco de uma desgraça.

O parlamentarismo seria o reino da fisiologia, em que os políticos acharão os ministros para lhes garantir a permanência. No entanto, no presidencialismo-absolutista que sempre nos caracterizou é que os ministros foram e são, muitas vezes, tirados da cartola, recrutados nas recordações infantis ou impostos por este governador ou aquele poderoso em troca de compromissos reservados.

No parlamentarismo, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não veria seus esforços para conter o déficit público inutilizados porque, como acentuou o ministro da Administração, há 16 vazamentos e nem 15 mil cargos nas estatais insolventes seriam preenchidos porque é necessário manter o presidencialismo. Nem um ministro se recusaria a assinar um decreto porque estaria excluído do Gabinete, nem seriam anunciadas como medidas novas aquelas constantes de decretos que não foram cumpridos.

A campanha contra a Constituinte e os políticos tem vários motivos. Um deles é encobrir a "substancial incompetência do Governo", como a definiu o "The Economist". Outro é provocar uma crise como das muitas que caracterizam o presidencialismo e que quase sempre resultam em golpe de Estado.

JOSE EMILIO FALCÃO

2º SET 1987

CORREIO BRAZILIENS

CORREIO BRAZILIENS